



Of.NUACO/PGE nº 008410/2025 - 2017.01.013922.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2025.

**ASSUNTO PRINCIPAL:** Improbidade Administrativa

**PROCURADOR VINCULADO:** Renato Domingues Brito

**AUTOS DO PROCESSO Nº** 0900058-09.2017.8.24.0011

**PARTE AUTORA:** Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Senhor(a) Consultor(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, informo que no processo em referência, foi proferida sentença **julgando procedentes** os pedidos formulados na inicial (fls. 18-29 dos autos internos), nos seguintes termos:

a) Declaro condenar o réu **Jones Bosio** pelo cometimento de ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, "caput", da Lei n. 8.429/92, às seguintes penalidades;

a.1) pagamento de multa de 02 (duas) vezes o salário que percebia na condição de Secretário Regional de Desenvolvimento de Brusque, devendo o valor ser destinado ao Estado de Santa Catarina e sofrer incidência de correção monetária a partir da publicação da sentença (TJSC, Apelação Cível n. 2012.026793-7, de Içara, rel. Des. Gaspar Rubick, j. 25-02-2014);

**a.2) proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos, e**

b) condenar o réu **Carlos Arnoldo Queluz** pelo cometimento de ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, "caput", da Lei n. 8.429/92, às seguintes penalidades:

b.1) pagamento de multa de 01 (uma) vez o salário que percebia na condição de Gerente de Cultura, Esporte e Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, observando-se a mesma destinação; e

**b.2) proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 03 (três) anos.**

(grifou-se)

A sentença foi confirmada no Tribunal de Justiça e já houve o trânsito em julgado.

Diante do exposto, solicito o **IMEDIATO** cumprimento dos itens **a.2** e **b.2**, para que surtam seus efeitos legais em desfavor dos réus **Jones Bosio** e **Carlos Arnoldo Queluz**.

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

**RENATO DOMINGUES BRITO**  
Procurador do Estado

Ilmo(a). Senhor(a)  
**Consultor(a) Jurídico(a)**  
Secretaria de Estado da Administração  
Enviado pelo PGE.Net



Of.NUACO/PGE nº 010281/2025 - 2017.01.013922.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2025.

**ASSUNTO PRINCIPAL:** Improbidade Administrativa

**PROCURADOR VINCULADO:** Renato Domingues Brito

**AUTOS DO PROCESSO Nº 0900058-09.2017.8.24.0011**

**PARTE AUTORA:** Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Senhor(a) Consultor(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, venho **RETIFICAR** a informação constante no **ofício 010216/2025**, em relação ao processo **SEA – 00003238/2025**, especificamente quanto ao período de vigência da **proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios**, direta ou indiretamente, inclusive por meio de pessoa jurídica na qual seja sócio majoritário, para fins de registro no **CADPEN**:

**Início: 14/02/2025** (primeiro dia útil após o trânsito em julgado)<sup>1</sup>

**Fim: 14/02/2028**

Solicito a gentileza de proceder com a devida correção no registro.

Na oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

**RENATO DOMINGUES BRITO**  
Procurador do Estado

---

<sup>1</sup> *pág. 37 dos autos internos.*



Ilmo(a). Senhor(a)

**Consultor(a) Jurídico(a)**

Secretaria de Estado da Administração

Enviado pelo PGE.Net